

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.954 - MG (2019/0314028-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**SUSCITANTE** : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE IBIÁ - MG**  
**SUSCITADO** : **JUIZO FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIARIA DE UBERABA - MG**  
**INTERES.** : **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS**  
**ADVOGADOS** : **FRANCISCO JOSÉ STARLING E OUTRO(S) - MG050792**  
 : **DANIELA ESPÍRITO SANTO VARGAS - MG073644**  
 : **ALEXANDRE LUIZ DE CASTRO MACIEL - MG106444**  
**INTERES.** : **ANGELA MARIA DE OLIVEIRA**

**DECISÃO**

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE IBIÁ/MG, suscitante, e o JUÍZO FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UBERABA/MG, suscitado, objetivando declarar a competência para o processamento de execução fiscal ajuizada antes da edição da Lei 13.043/2014.

Passo a decidir.

O art. 34, XXII, do RISTJ permite ao relator "decidir o conflito de competência quando for inadmissível, prejudicado ou quando se conformar com tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral, a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, a súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, a jurisprudência dominante acerca do tema ou as confrontar".

Considerado isso, verifico que o art. 109, § 3º, da Constituição Federal enuncia que "serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual".

A Lei 5.010/1966 – que organizou a Justiça Federal de 1º grau – dispôs que, “nas Comarcas do interior onde não funcionar Vara da Justiça Federal (artigo 12), os Juízes Estaduais são competentes para processar e julgar os executivos fiscais da União e de suas autarquias, ajuizados contra devedores domiciliados nas respectivas Comarcas” (art. 15, I).

Em 14/11/2014, foi editada a Lei 13.043 que, no seu art. 114, IX, revogou o art. 15, I, da Lei 5.010/1966. Todavia, a Lei 13.043/2014 ressaltou expressamente que suas disposições não alcançavam as execuções fiscais da União e de suas autarquias e fundações públicas ajuizadas na Justiça Estadual antes de sua entrada em vigor

# Superior Tribunal de Justiça

(art. 75).

No caso, o executivo fiscal foi ajuizado em março de 2014 (e-STJ fl. 2), o que afasta a incidência da Lei 13.043/2014.

Por outro lado, consoante o art. 105, I, “d”, da Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar originariamente "os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, ressalvado o disposto no art. 102, I, 'o', bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos".

*In casu*, o conflito negativo de competência foi instaurado entre o JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE IBIÁ/MG, suscitante, e o JUÍZO FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE UBERADA/MG, suscitado, vinculados ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o que atrai a aplicação da Súmula 3 do STJ, segundo a qual "compete ao Tribunal Regional Federal dirimir o conflito de competência verificado, na respectiva região, entre juiz federal e juiz estadual investido de jurisdição federal".

Nesse sentido, confirmam-se as seguintes decisões monocráticas: CC 145.245/RJ, rel. Ministra Regina Helena Costa, DJe 08/03/2016; CC 145.197/PE, rel. Ministra Assusete Magalhães, DJe 07/03/2016.

Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do conflito de competência, com fundamento no art. 34, XXII, do RISTJ, e DETERMINO a remessa dos autos ao TRF da 1ª Região.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator